



AFLOBEI obteve no 3º Trimestre de 2011 a certificação florestal FSC e PEFC.

O Grupo é constituído por 8 aderentes abrangendo um área de 9376 hectares, maioritariamente composta por pinheiro bravo, sobreiro e eucalipto. Como produtos florestais principais saliente-se a madeira de pinheiro bravo, a cortiça, a madeira de eucalipto, carvalho sp., freixo e cupresso, a pinha e a caça.

O processo de certificação foi desenvolvido para o grupo de gestão florestal denominado **CERTIBEI**, criado com o objectivo implementar um Sistema de Gestão Florestal Sustentável na área sob sua gestão, compatível com a certificação florestal FSC e PEFC.

O Grupo **CERTIBEI** obteve o certificado de gestão florestal no 3º Trimestre de 2011 e será alvo de uma auditoria de acompanhamento que decorrerá no final do 1º Trimestre de 2012, a entidade certificadora para o referencial FSC é a *Control Union Certifications* e para o PEFC é a *CERTIS – Controlo e Certificação Lda*.

Até ao final de 2012 o Grupo **CERTIBEI** visa aumentar a área aderente para 10 000 ha, para tal irão ser realizadas auditorias de pré-adesão que permitirão verificar o cumprimento dos princípios e critérios FSC e PEFC nas novas áreas a incluir no Grupo.

Preços Indicativos dos Produtos Florestais (Variáveis consoante a origem e qualidade do produto)

Pinheiro Bravo À porta da fábrica		Valor
Serração		33 e 40 €/ ton
Varas		65 €/ ton
Faxina		36 e 37 €/ ton
A madeira de faxina certificada tem grande procura, com valor acrescido de 4€/m3.		

Lenhas	
Sobreiro (em pé)	Azinhreira (em pé)
20 €/ ton	25 e 27 €/ ton
Persiste uma mortalidade considerável destas espécies.	

Eucalipto	
À porta da fábrica (sem casca)	À porta da fábrica (com casca)
48 e 49 €/ ton	41 e 42 €/ ton
A madeira certificada tem um valor acrescido de 4€/m3.	

Cortiça (no mato)
18 e 22 €/ @
A cortiça certificada tem uma procura cada vez maior, com um valor acrescido por arroba.

Biomassa (à porta da fábrica)
28,00 €/ Ton.
Produto com custos muito elevados de recheia e transformação do desperdício.

Ficha Técnica

Propriedade: AFLOBEI - Associação de Produtores Florestais da Beira Interior
Edição e Grafismo: Jornal do Fundão Editora, Lda.
Logótipo: RVJ Editores, Lda. • **Impressão:** Imprejournal - Sociedade de Impressão, S.A.
Tiragem: 13.000 exemplares

Este Suplemento faz parte integrante da edição do «Jornal do Fundão» do dia 29 de Março de 2012 e não pode ser vendido separadamente

Contactos

Morada: Av. General Humberto Delgado, 57 - 1.º
6000-081 Castelo Branco
Telef.: 272 325 741
Fax: 272 325 782
Email: aflobei@aflobei.pt
Site: www.aflobei.pt

Torne-se nosso associado!

Folha Florestal



EDITORIAL

Apesar da conjuntura económica do País, com consequências críticas ao nível do acesso a financiamento bancário e descapitalização preocupante dos proprietários agro-florestais, a AFLOBEI tem procurado intervir na promoção e gestão de investimentos no âmbito do PRODER, tanto para os seus associados individuais como para aqueles que aderiram às ZIF's das quais a AFLOBEI é a entidade gestora. No caso das ZIF's os constrangimentos financeiros serão ainda mais graves se não houver celeridade no processamento do pagamento pelo Fundo Florestal Permanente, já que a AFLOBEI assumiu compromissos para a sua gestão e funcionamento.

Preocupada também com uma gestão sustentável e valorização dos espaços florestais e agro-florestais dos seus associados, a AFLOBEI dinamizou a criação de um sistema de gestão florestal sustentável - CERTIBEI, tendo sido certificado no último trimestre de 2011 uma área de 9.376 hectares pelos sistemas FSC e PEFC.

Igualmente preocupada com questões ambientais, a AFLOBEI desenvolveu uma parceria para promover a adesão dos proprietários agro-florestais ao projecto de Sequestro de Carbono por Alteração de Métodos de Controlo de Vegetação Espontânea, promovido pela TERRAPRIMA ao Fundo Português de Carbono.

Consciente das consequências económicas e ambientais resultantes da dispersão crescente do nemátodo da madeira do pinheiro, a AFLOBEI protocolou uma parceria para o desenvolvimento de acções de controlo e dispersão deste verme da Madeira do Pinheiro (*Bursaphelenchus xylophilus*) nos concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova, considerados zona tampão.

A AFLOBEI após constatação no campo e diversas reuniões com os nossos parceiros e entidades oficiais no sentido de mitigar os impactos negativos causados pela seca, viu com satisfação ter decidido o Governo aprovar medidas de apoio aos produtores agro-florestais.

Medidas nacionais:

- 1- Ajuda à pecuária extensiva ao nível do abeberamento e alimentação
- 2- Suspensão da taxa de recursos hídricos e comparticipação na electricidade verde
- 3- Redução do prazo de reembolso de IVA, pagamentos por conta relativos a 2012 num único pagamento a efetuar em Dezembro de 2012 e isenção ou diferimento do pagamento de contribuição social por parte dos agricultores ou das empresas agrícolas.
- 4- Medidas Específicas para as zonas adjacentes aos regimes públicos

Medidas comunitárias:

- 1- Derrogação temporária de regras para alimentação animal, em Produção Integrada (PRODI);
- 2- Não penalização por subutilização de direitos a prémio por ovelha, cabra e vaca leiteira, por circunstâncias excepcionais;
- 3- Exceção relativa a encabeçamentos no âmbito das medidas agro-ambientais no âmbito das ITIs do programa nacional do desenvolvimento rural (PRODER);
- 4- Adaptação da tabela de produção de referência, na Ação 2.2.1 - Alteração de Modos de Produção Agrícola, do PRODER;
- 5- Flexibilização dos prazos limite de investimento de agricultores individuais nas Medidas 1.1 (inovação e desenvolvimento empresarial) e 1.3 (promoção da competitividade florestal) do PRODER.

A DIRECÇÃO

UM CASO CONCRETO DE PAGAMENTO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS AOS PRODUTORES AGRO-FLORESTAIS

A UNAC – União da Floresta Mediterrânica da qual a AFLOBEI é associada estabeleceu uma parceria com a Terraprima – Serviços Ambientais, Sociedade Unipessoal Lda., para submeter uma candidatura ao FUNDO PORTUGUÊS DE CARBONO (FPC): **Sequestro de Carbono por Alteração de Métodos de Controlo de Vegetação Espontânea**, a qual foi aprovada. O FPC também apoia projectos em território nacional, que visem reduções de emissões ou remoções por sumidouros de gases com efeito de estufa previstos no Protocolo de Quioto, contribuindo para o cumprimento dos objectivos nacionais em matéria de combate às alterações climáticas.

Esta é, por isso, uma oportunidade para a remuneração de um dos bens e serviços de carácter público produzidos pelos proprietários e gestores dos espaços agro-florestais mediterrânicos – o sequestro de carbono.

CONTROLO DE MATOS COM DESTROÇADORES OU CORTA-MATOS

Este projecto promove o sequestro de carbono no solo em áreas sob coberto florestal com pastoreio, por utilização de corta-matos ou destroçador no controlo da vegetação arbustiva, sem qualquer mobilização do solo.

O período de compromisso é de 1 de Janeiro de 2011 a 31 de Dezembro de 2014.

São elegíveis áreas de sobreiro, azinho, carvalho negral e pinheiro manso sujeitas a pastoreio.

Os agricultores que estejam em condições de aderir ao projecto terão ao seu dispor uma remuneração, a partir de 2 ha, pelo sequestro de carbono até 2014, de 40 euros por hectare se forem alcançados 100.000 hectares. Mais informações e pré-adesão em:

<http://consumidores.extensivity.pt/132/pre-adesao-projecto-vegetacao-espontanea.htm>



ZIF DE CASTELO BRANCO TEM CANDIDATURAS DO PRODER EM EXECUÇÃO



Medida 1.3.1 – Melhoria Produtiva dos Povoamentos, beneficiação de povoamentos florestais já instalados.

Área de Intervenção: 234 ha

Medida 2.3.1.1 – Defesa da Floresta Contra Incêndios

Área de Intervenção:

Mosaico – 206,43 ha

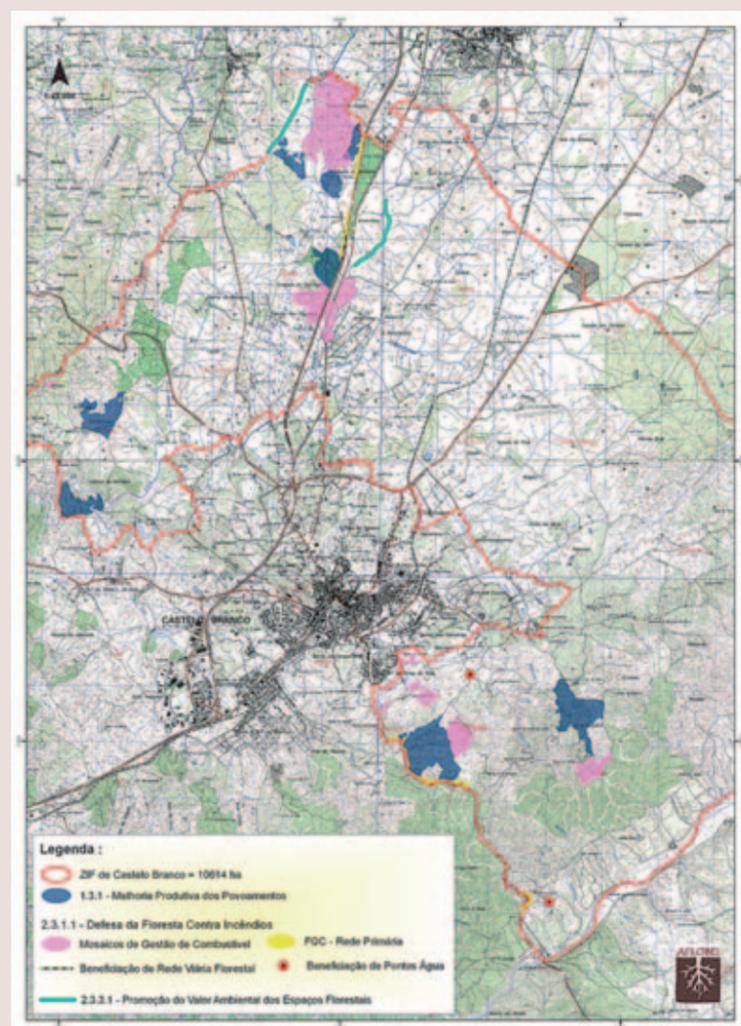
Rede Primária – 16,70 ha

Beneficiação, Caminhos – 673,00 m

Beneficiação de Pontos de Água – 2

Medida 2.3.3.1 – Promoção do Valor Ambiental dos Espaços Florestais

Área de Intervenção: 4,13 ha (2,81 km)



CONTROLO DA DISPERSÃO DO NEMÁTODO DA MADEIRA DO PINHEIRO (NMP)



Através do acordo parceria realizado entre UNAC e AFLOBEI foram desenvolvidas ações de controlo e dispersão do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (*Bursaphelenchus xylophilus*) nos concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova, considerados zona tampão.

Foram utilizadas 32 armadilhas do tipo Multifunil colocadas nos Concelhos de Castelo Branco e Idanha-a-Nova. Através de monitorizações semanais foi possível capturar 16 insetos-vetores.

Numa última fase foi realizado um acompanhamento no terreno do abate das árvores sintomáticas identificadas na primeira fase e a eliminação dos sobrantes daí resultantes.

Numa primeira fase procedeu-se à prospeção e marcação de exemplares de resinosas que apresentavam sintomas de declínio (secas ou a secar) num total de 45100 ha. A localização das árvores foi recolhida com auxílio de GPS sendo posteriormente carregada na plataforma disponibilizada para o efeito pela AFN (SGPP). Marcou-se um total de 1039 árvores, sendo que 383 localizaram-se no Concelho de Castelo Branco e 656 em Idanha-a-Nova.

Numa fase seguinte instalaram-se armadilhas destinadas à captura do inseto-vetor (*Monochamus galloprovincialis*) do NMP, nas quadrículas operacionais (Q.O.) com maior número de árvores marcadas.

